

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	361.637.226
Preferenciais	0
Total	361.637.226
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	972.523	983.697	979.743
1.01	Ativo Circulante	86.650	80.786	51.764
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.993	34.428	44.184
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	37.385	862
1.01.03	Contas a Receber	9.974	7.928	5.422
1.01.03.01	Clientes	9.974	7.928	5.422
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.619	217	522
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.064	828	774
1.02	Ativo Não Circulante	885.873	902.911	927.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	95.165	82.644	82.405
1.02.01.07	Tributos Diferidos	95.161	82.644	82.405
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4	0	0
1.02.01.10.03	Outros Ativos Não Circulantes	4	0	0
1.02.03	Imobilizado	25.660	28.433	29.682
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.813	22.343	24.560
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	847	6.090	5.122
1.02.04	Intangível	765.048	791.834	815.892
1.02.04.01	Intangíveis	765.048	791.834	815.892
1.02.04.01.02	Intangível	764.669	783.139	809.705
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	379	8.695	6.187

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	972.523	983.697	979.743
2.01	Passivo Circulante	131.410	86.556	51.075
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.332	3.021	2.802
2.01.01.01	Obrigações Sociais	248	245	349
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.084	2.776	2.453
2.01.02	Fornecedores	2.851	3.003	4.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.851	3.003	4.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.145	1.906	1.370
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.310	1.134	716
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	181	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	1.310	953	716
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	835	772	654
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.173	72.807	42.191
2.01.04.02	Debêntures	103.173	72.807	42.191
2.01.05	Outras Obrigações	11.689	569	665
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.623	533	445
2.01.05.02	Outros	66	36	220
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	66	36	220
2.01.06	Provisões	9.220	5.250	0
2.01.06.02	Outras Provisões	9.220	5.250	0
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	9.220	5.250	0
2.02	Passivo Não Circulante	741.601	773.328	808.242
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	431.193	501.296	554.982
2.02.01.02	Debêntures	431.193	501.296	554.982
2.02.02	Outras Obrigações	284.005	251.655	234.260
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	283.801	251.389	234.258
2.02.02.02	Outros	204	266	2
2.02.02.02.03	Fornecedores	199	266	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	5	0	0
2.02.04	Provisões	26.403	20.377	19.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.407	12.725	9.735
2.02.04.02	Outras Provisões	7.996	7.652	9.265
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	7.996	7.652	9.265
2.03	Patrimônio Líquido	99.512	123.813	120.426
2.03.01	Capital Social Realizado	283.191	283.191	283.191
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-183.679	-159.378	-162.765

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	158.314	147.184	122.153
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-62.903	-64.718	-62.049
3.02.01	Custo de Construção	-954	-4.390	-4.273
3.02.02	Serviços	-9.649	-8.962	-7.988
3.02.03	Provisão de Manutenção	-3.443	-2.949	-2.595
3.02.04	Depreciação e Amortização	-32.642	-31.558	-31.345
3.02.05	Custo com Pessoal	-11.726	-10.733	-10.144
3.02.06	Materiais Equipamentos e Veículos	-1.808	-1.473	-1.714
3.02.07	Outros	-2.681	-4.653	-3.990
3.03	Resultado Bruto	95.411	82.466	60.104
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.117	-15.637	-14.570
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.117	-15.637	-14.570
3.04.02.01	Serviços	-4.218	-8.911	-7.515
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-142	-384	-429
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.011	-4.525	-4.673
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-202	-225	-346
3.04.02.05	Outras despesas (receitas) operacionais	-699	-675	-575
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-861	-1.041	-895
3.04.02.07	Reversão para perda esperada - contas a receber	16	124	-137
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.294	66.829	45.534
3.06	Resultado Financeiro	-122.112	-61.590	-52.637
3.06.01	Receitas Financeiras	6.939	2.069	1.731
3.06.02	Despesas Financeiras	-129.051	-63.659	-54.368
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-36.818	5.239	-7.103
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.517	-1.852	2.204
3.08.01	Corrente	0	-2.091	0
3.08.02	Diferido	12.517	239	2.204
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.301	3.387	-4.899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-24.301	3.387	-4.899
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0672	0,00937	-0,01355
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,0672	0,00937	-0,01355

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-24.301	3.387	-4.899
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.301	3.387	-4.899

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.236	96.995	81.919
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	126.277	99.028	81.506
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	-24.301	3.387	-4.899
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.517	-239	-2.204
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	32.784	31.942	31.774
6.01.01.04	Baixa (reversão) do ativo imobilizado	21	-367	101
6.01.01.05	Juros sobre debêntures	81.297	43.722	36.492
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.224	-1.177	-531
6.01.01.07	Constituição da provisão de manutenção	3.443	2.949	2.595
6.01.01.08	Ajuste a valor presente provisão de manutenção	871	688	483
6.01.01.09	Reversão para perda esperada - contas a receber	-16	-124	137
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre obrigações	37.879	19.936	17.480
6.01.01.11	Comissão de fianças	8.040	0	0
6.01.01.12	Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	0	3	78
6.01.01.13	Rendimento de aplicação financeira	0	-1.692	0
6.01.01.14	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	0	0	-1
6.01.01.15	Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	0	0	1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.041	-2.033	413
6.01.02.01	Contas a receber	-1.242	-2.300	-84
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-788	-82	-2
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-1.402	305	227
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros	-1.240	-54	-72
6.01.02.05	Adiantamento a fornecedores	0	0	126
6.01.02.06	Fornecedores	-219	-741	-20
6.01.02.07	Contas a pagar - partes relacionadas	3.050	88	121
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	626	2.402	62
6.01.02.09	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-172	-1.681	-41
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-689	219	104

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.11	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	0	-3	-147
6.01.02.12	Outras contas a pagar	35	-186	139
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.363	-39.959	88.062
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-875	-2.422	-3.173
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-1.147	-4.257	-4.304
6.02.03	Outros de Ativo Intangível	0	1.551	969
6.02.05	Resgates na conta reserva	37.385	-34.831	94.570
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-121.034	-66.792	-129.221
6.03.01	Debêntures - Pagamentos Principal	-53.096	-35.308	-18.291
6.03.02	Debêntures - Pagamentos de juros	-67.938	-31.484	-43.368
6.03.04	Mútuos com partes relacionadas - Pagamentos de principal e juros	0	0	-67.562
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.565	-9.756	40.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.428	44.184	3.424
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72.993	34.428	44.184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	283.191	0	0	-159.378	0	123.813
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-159.378	0	123.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24.301	0	-24.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24.301	0	-24.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	283.191	0	0	-183.679	0	99.512

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-162.765	0	120.426
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-162.765	0	120.426
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.387	0	3.387
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.387	0	3.387
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	0	0	-159.378	0	123.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	283.191	0	0	-157.866	0	125.325
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	283.191	0	0	-157.866	0	125.325
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.899	0	-4.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.899	0	-4.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	283.191	0	0	-162.765	0	120.426

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	174.471	162.055	134.097
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	173.231	160.754	133.703
7.01.02	Outras Receitas	1.224	1.177	531
7.01.02.01	Juros capitalizados	1.224	1.177	531
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	16	124	-137
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.105	-33.026	-29.938
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.552	-14.601	-12.926
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.156	-11.086	-10.144
7.02.04	Outros	-4.397	-7.339	-6.868
7.02.04.01	Custos De Construção	-954	-4.390	-4.273
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-3.443	-2.949	-2.595
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.366	129.029	104.159
7.04	Retenções	-32.784	-31.942	-31.774
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.784	-31.942	-31.774
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117.582	97.087	72.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.939	2.069	1.730
7.06.02	Receitas Financeiras	6.939	2.069	1.730
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.521	99.156	74.115
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.521	99.156	74.115
7.08.01	Pessoal	14.205	13.494	12.956
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.370	9.241	8.973
7.08.01.02	Benefícios	3.018	3.572	3.408
7.08.01.03	F.G.T.S.	416	494	469
7.08.01.04	Outros	3.401	187	106
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.020	17.236	10.919
7.08.02.01	Federais	-4.605	9.397	4.417
7.08.02.02	Estaduais	25	21	22
7.08.02.03	Municipais	8.600	7.818	6.480

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.597	65.039	55.139
7.08.03.01	Juros	130.230	64.827	54.892
7.08.03.02	Aluguéis	367	212	247
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-24.301	3.387	-4.899
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-24.301	3.387	-4.899

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia” ou “Concessionária”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da via expressa corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ou seja, 26 de abril de 2047.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 quilômetros, dos quais aproximadamente 1,6 quilômetros em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da estrada do Rio Grande.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (transporte rápido por ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o centro de controle operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

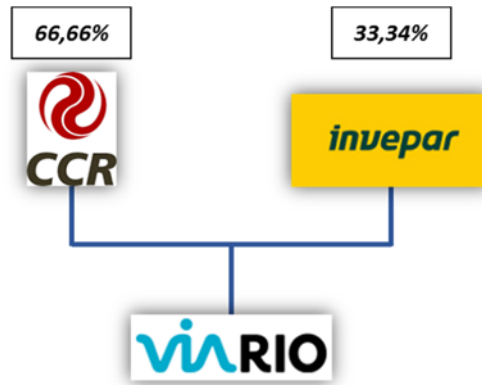
No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 quilômetros da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2022, a composição acionária da Companhia era a seguinte:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



1.3. Destaques

O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento de tráfego após impactos ocasionados pela pandemia. A Companhia apresentou recorde de tráfego por 11 meses consecutivos (fevereiro a dezembro), tendo uma média diária de 60 mil veículos equivalentes.

Na praça de pedágio, a Companhia registrou um crescimento contínuo na adoção dos meios de pagamento por meio de cartões convencionais e dispositivos de aproximação NFC (*Near Field Communication*) para pagamento das tarifas nas modalidades de débito e crédito, o que gerou, no fim de 2022, uma média de 20% na composição da receita.

Com o objetivo de melhorar a capacidade e, consequentemente, a fluidez da praça de pedágio e da rodovia, a Companhia investiu na implantação de uma cabine manual de arrecadação reversível. O equipamento entrou em fase de operação assistida em janeiro do ano corrente e vem apresentando bom resultado operacional.

O ano de 2022 foi marcado por exposições promotoras na mídia. Grandes veículos de comunicação noticiaram o rápido atendimento da equipe de SOS Médico à uma mulher que deu a luz na Via, chegando ao local em três minutos para fazer o parto.

Outro destaque positivo na mídia, foi a primeira edição do programa Caminhos para a Saúde, na praça de pedágio, integrando o cronograma de ações alusivas à semana nacional de trânsito. Na ação, desenvolvida com o intuito de promover a segurança dos motociclistas que utilizam a rodovia, foi oferecido gratuitamente *check up* nas motocicletas. Além disso, houve distribuição de antenas corta linha de pipa, chaveiros-cordão para prender nas chaves e máscaras para os motociclistas, que receberam instruções sobre condução segura.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O mandato dos representantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é de 2 anos, com a próxima eleição em abril de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Marco Aurélio Guerreiro de Souza	Diretor Adm. Financeiro
Roberto Penna Chaves Neto		

Programa de Compliance

O Grupo CCR e suas controladas são signatários do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção, estando comprometidos, portanto com a adoção da cartilha integridade no setor da construção. Nosso sucesso é pautado em princípios de integridade e respeito, nossos valores descritos no código de conduta ética e política de empresa limpa, alinhados com as diretrizes definidas pelo novo mercado.

Reforçamos constantemente, com o apoio da alta Administração, a contínua divulgação e atualização do programa de *Compliance*, criado desde 2015, onde orientamos todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países que atuam.

Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o programa contém diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente realizamos treinamentos e campanhas de comunicação, com o objetivo de engajar a todos na cultura de *Compliance*.

Acompanhando o cumprimento destas iniciativas, a Companhia realiza o monitoramento do Programa de *Compliance*, mapeando eventuais não conformidades, que são alvo de aplicação de medidas disciplinares, quando ocorrem.

Alinhado ao seu compromisso com a transparência e adoção constante de boas práticas de governança corporativa, a Companhia, através da CCR, possui o canal confidencial (<https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialccr/>).

Esse é um canal que tem por objetivo garantir a prática dos valores da companhia e de seu código de conduta ética, reforçando a atuação coerente com a preocupação na construção de uma **empresa e de uma sociedade cada vez melhores para todos**.

A Companhia incentiva o uso consciente de boa-fé do canal confidencial. Qualquer colaborador, administrador, acionista ou terceiro que tiver conhecimento, prova ou indícios de descumprimento de uma norma ou política interna, bem como das leis do país, devem acessar a linha ética e proceder o registro de uma ocorrência.

O canal confidencial é administrado por uma empresa terceirizada, que funciona 24 horas por dia 7 dias na semana, e que trata todos os relatos/ ocorrências com imparcialidade, sigilo e anonimato (se assim o denunciante preferir.).

2.2. Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2022 foi de 328 (162 terceiros).

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoTreinamentos

Com o objetivo de facilitar a ambientação dos novos colaboradores, a Companhia possui o “Projeto Integração”, que garante aos novos colaboradores conhecimento das políticas, diretrizes, normas, procedimentos, Código de Ética, organograma e de outros instrumentos institucionais que contenham a filosofia e os valores da Companhia. No ano de 2022 foram realizadas 1.262 horas de treinamentos visando esta qualificação.

3. Desempenho econômico e financeiro

Em 2021, vivenciamos uma crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19 iniciada em março/2020. Em 2022 a Companhia obteve um aumento no tráfego de 10,48%, devido principalmente pela retomada da atividade econômica.

Em R\$ mil	2022	2021	Var.%
Receita líquida	158.314	147.184	7,56%
Receita de pedágio	171.955	155.637	10,48%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	954	4.390	-78,27%
Outras receitas	322	727	-55,71%
(-) Deduções da receita bruta	-14.917	-13.570	9,93%
(-) Custos e despesas (a)	-73.020	-80.355	-9,13%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	-954	-4.390	-78,27%
Demais custos e despesas	-72.066	-75.965	-5,13%
(-) Resultado financeiro líquido	-122.112	-61.590	98,27%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	12.517	-1.852	-775,86%
(Prejuízo) Lucro líquido	-24.301	3.387	-817,48%
(-) Resultado financeiro líquido	122.112	61.590	98,27%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-12.517	1.852	-775,86%
EBIT (b)	85.294	66.829	27,63%
Margem EBIT	53,88%	45,41%	18,65%
Margem EBIT ajustada (c)	54,20%	46,80%	15,81%
(+) Depreciação/amortização	32.784	31.942	2,64%
EBITDA (b)	118.078	98.771	19,55%
Margem EBITDA	74,58%	67,11%	11,13%
(+) Provisão de Manutenção (d)	3.443	2.949	16,75%
EBITDA ajustado	121.521	101.720	19,47%
Margem EBITDA ajustada (e)	77,22%	71,24%	8,39%
Endividamento bruto (f)	534.366	574.103	-6,92%
Investimentos (caixa) (g)	2.022	6.679	-69,73%
Veículos equivalentes (em milhões)	22,0	19,9	10,48%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/22.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação).

(g) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2022	2021	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	171.955	155.637	16.318	10%
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	954	4.390	(3.436)	(78%)
Receitas acessórias	322	727	(405)	(56%)
Receita bruta	173.231	160.754	12.477	8%
(-) Impostos sobre receitas	(14.901)	(13.566)	(1.335)	10%
(-) Abatimentos	(16)	(4)	(12)	300%
(-) Deduções das receitas brutas	(14.917)	(13.570)	(1.347)	10%
Receita operacional líquida	158.314	147.184	11.130	8%

O valor total de receita bruta no ano de 2022 foi de R\$ 173,2 milhões, sendo que R\$ 171,9 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva quando comparado aos R\$ 160,7 milhões do exercício de 2021. O aumento de tráfego de 10,5% demonstra a retomada do crescimento da Via após o período de pandemia. Em 2022 passaram pela praça de pedágio um total de 22 milhões de veículos equivalentes pedagiado (VEP) (19,9 milhões em 2021).

3.2. Custos e despesas

Custos e despesas (R\$ mil)	2022	2021	Δ (R\$)	Δ (%)
Custo de Construção	(954)	(4.390)	3.436	(78%)
Serviços de terceiros	(13.867)	(17.873)	4.006	(22%)
Depreciação e Amortização	(32.784)	(31.942)	(842)	3%
Custo com pessoal	(15.737)	(15.258)	(479)	3%
Provisão de Manutenção	(3.443)	(2.949)	(494)	17%
Materiais equipamentos e veículos	(2.010)	(1.698)	(312)	18%
Outros	(4.225)	(6.245)	2.020	(32%)
Total	(73.020)	(80.355)	7.335	(9%)

Ao final de 2022, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 73 milhões. Quando comparado com 2021, o desvio se dá principalmente pelas postergações de custo de gestão de tecnologia e serviços de gestão do negócio (backoffice) e a priorização de projetos de construção que foram considerados como essenciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.3. Resultado financeiro**

Resultado financeiro (R\$ mil)	2022	2021	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas financeiras	(129.051)	(63.659)	(65.392)	103%
Juros sobre debêntures	(81.297)	(43.722)	(37.575)	86%
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(37.879)	(19.936)	(17.943)	90%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(871)	(689)	(182)	26%
Capitalização de custo dos empréstimos	1.224	1.177	47	4%
Comissão de fianças	(8.040)	-	(8.040)	-
Outras despesas financeiras	(2.188)	(489)	(1.699)	347%
Receitas financeiras	6.939	2.069	4.870	235%
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.287	2.050	4.237	207%
Juros e outras receitas financeiras	652	19	633	3.332%
Resultado financeiro líquido	(122.112)	(61.590)	(60.522)	98%

A Companhia finalizou o exercício de 2022 com um resultado financeiro de R\$ 122,1 milhões negativos, resultado este afetado principalmente em razão de juros sobre debêntures e dívida subordinada.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 818 milhões, sendo R\$ 534 milhões referente à 7ª Emissão de debêntures captada em 2018 e R\$ 284 milhões de saldo de dívida subordinada.

3.5. Investimentos

No ano de 2022 foram realizados R\$ 2 milhões (regime caixa) em investimentos, destacando-se: obras de estabilização e contenção do Rio Pavuninha, obras de implantação de ampliação da capacidade da praça de pedágio principal e implantação de novos meios de pagamento.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias. Em 2022 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia apresenta prejuízo acumulado.

4. Sustentabilidade

Como prática social, a Companhia implementou projetos que valorizem a cultura local e promovem o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos inseridos. São realizados projetos socioculturais por meio de parceria com institutos e por meios de leis de incentivos fiscais. No ano de 2022 foi dada continuidade a muitos projetos realizados no ano anterior:

- Projetos Socioculturais por meio de lei municipal de incentivo – ISS: Ilumina Zona Oeste (festival multicultural), Projeto Bora Batucar (oficinas de percussão), Projeto Mão Dupla – Gentileza e Respeito (educação no trânsito), Cultura carioca (arte urbana), Cinemão solar (exibição de filmes em áreas públicas); e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Projetos Socioculturais por meio de lei federal de incentivo à cultura – Instituto CCR: Buzun (teatro de fantoche itinerante) e Projeto Caixola de Histórias para Ler e Ouvir (valorização da cultura local).

5. Considerações finais

5.1. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.3. Cláusula compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá (“CCBC”), conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoramento e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo de concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012. O prazo para o término do contrato da concessão é 26 de abril de 2047.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro de Curicica, incluindo seus acessos, faixa de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 9 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da Família Olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Concessionária ViaRio iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada da Rio Grande, em Boiuna, Jacarágua.

- **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

- i. **Sobrepreço**

Foram instaurados e apenas um permanece em andamento no âmbito dos órgãos municipais os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão:

- a. **Processo Administrativo n.º 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro)**

Em 5 de junho de 2020, a Companhia recebeu notificação da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa prévia a respeito de suposto sobrepreço de R\$ 1.049.116, apontado no valor das obras da implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão n.º 038/2012.

Em 28 de julho de 2020, foi apresentada a defesa prévia, na qual a Companhia apontou a consumação da decadência, violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal e, ademais, aponta a indevida desconsideração de instrumentos jurídicos

Notas Explicativas

validamente constituídos, a existência de graves falhas técnicas na reorçamentação proposta pelas autoridades municipais, bem como a contrariedade aos princípios de boa-fé objetiva, moralidade, segurança jurídica, e o desrespeito a disposições contratuais e editalícias expressas na redefinição do valor das obras vários anos após a sua conclusão. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia.

Em 21 de abril de 2021, foi recebido ofício da SMTR dando conta da suspensão do processo de sobrepreço até o término da fase instrutória do PAR determinado pela decisão proferida na ação de Mandado de Segurança ajuizado pela concessionária. Aguarda-se a manifestação da SMTR acerca da defesa prévia e provas apresentadas pela Companhia bem como em face das demais decisões proferidas nos processos administrativos de responsabilização perante a Controladoria Geral do Município bem como a representação sobre o tema que tramitou no Tribunal de Contas do Município, que foram devidamente informadas pela Companhia, através de petição, em 18 de janeiro de 2022, sobre o arquivamento do PAR e reiterando o pedido de arquivamento também do processo perante a SMTR. Tais manifestações da Companhia seguem pendentes de análise pelo Município. Com a transferência da representação do Município do Rio de Janeiro, perante o Contrato de Concessão, para a Secretaria de Coordenação Governamental, a Concessionária reiterou em 15 de dezembro de 2022 a necessidade do arquivamento do processo administrativo relativo ao suposto sobrepreço, face ao arquivamento informado pelos itens ii e iii, abaixo.

Em 24 de março de 2023, foi proferida decisão encerrando a discussão no âmbito do processo administrativo.

b. Processo Administrativo de Responsabilização n.º 02/2020 (Controladoria Geral do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização PAR/CGM n.º 02/2020 relativamente aos fatos tratados no Processo Administrativo n.º 06/370.645/2011, com notificação para a apresentação de defesa escrita. Após requerimento formulado pela Companhia, foi concedida a dilação de prazo, para que o mesmo se iniciasse após a concessão das cópias do processo administrativo e a defesa foi apresentada em 29 de outubro de 2020. Em 5 de novembro de 2020, foi proferido despacho informando a conclusão da instrução, e notificando a Companhia a apresentar alegações finais em 15 dias.

Em face da decisão que decretou o encerramento da instrução processual foi interposto o Mandado de Segurança n.º 0269876-55.2020.8.19.0001 perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Após a concessão da liminar foi proferida a sentença em 24 de novembro de 2020 para suspender a decisão que declarou encerrada a fase instrutória do PAR, assegurando à Companhia o direito de apresentar prova pericial de engenharia até dia 22 de fevereiro de 2021.

Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. A Procuradoria do Município foi intimada em 10 de janeiro de 2021. Em 19 de março de 2021, foi protocolado recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Avaliação do Programa de Integridade. Em 28 de setembro de 2021, foi proferido o relatório final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, concluindo pela exculpação da Companhia acerca dos atos e fatos suscitados no PAR. Na mesma data, o relatório final foi aprovado pelo Controlador Geral do Município, e encaminhado à Procuradoria Administrativa para manifestação acerca da legalidade bem como com proposição de arquivamento do processo.

Notas Explicativas

Em 4 de janeiro de 2022, foi proferida a decisão final pelo Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro (Despacho Técnico CGM n.º 001/2021), pela (i) exclusão das pessoas jurídicas investigadas no âmbito do PAR, tendo em vista que não foram comprovadas as práticas de atos lesivos; e consequente (ii) arquivamento do PAR. A referida decisão foi publicada no Diário Oficial do Município em 6 de janeiro de 2022.

Em 10 de março de 2022, foi expedido o Mandado de Notificação n.º 02/2022 para comunicar a Companhia acerca da decisão de arquivamento. Em 6 de junho de 2022, os autos foram encaminhados ao arquivo.

c. Processo n.º 40/100615/2020 (Tribunal de Contas do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação do Tribunal de Contas do Município para se manifestar acerca dos fatos apresentados na Representação formulada pela Controladoria Geral do Município acerca dos fatos tratados no Processo Administrativo n.º 06/370.645/2011. O processo foi convertido em diligência e, em 15 de outubro de 2020, a Companhia apresentou sua manifestação em atendimento à notificação. Os órgãos municipais diligenciados também apresentaram ao TCM as informações e documentações solicitadas.

Em retorno à diligência sobreveio a promoção da 2ª Inspeção Geral de Controle Externo, de 10 de dezembro de 2020, pela improcedência da representação, sugerindo posterior arquivamento. Em 11 de dezembro de 2020, a Inspeção Geral manifestou concordância com a proposta de improcedência da representação. A Procuradoria Especial opinou, em 21 de janeiro de 2021, pela improcedência da representação. Em 7 de maio de 2021, foi concluída a sessão virtual de julgamento no Tribunal de Contas do Município, pela improcedência da Representação. Não houve recurso.

Em face dos casos relatados nos itens “i” e “ii”, e em relação aos fatos tratados no item “iii”, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia em conjunto com a área de *Compliance* da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forensic* e empresa especializada em engenharia, adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais. Os trabalhos foram concluídos, e não foram identificados quaisquer fatos e/ou indícios que substanciassem as referidas alegações. Em 6 de janeiro de 2022, foi publicado no Diário Oficial a decisão final determinando o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

ii. Processo n.º 0189152-64.2020.8.19.0001 - Ação Popular - nulidade do contrato de concessão

Trata-se de Ação Popular distribuída em 30 de setembro de 2020, em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da Companhia à reparação de suposto danos ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a Companhia se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação.

Em 24 de março de 2022, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e atualmente aguarda-se julgamento.

Notas Explicativas

iii. Reajustes tarifários de 2020, 2021 e 2022

Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2020, em 14 de janeiro de 2020, foi distribuída ação judicial (autos n.º 0008676-31.2020.8.19.0001). A tutela antecipada foi concedida em 1ª instância, em 9 de dezembro de 2020. Em face dessa decisão, o Município interpôs agravo de instrumento em 17 de dezembro de 2020 (agravo n.º 0089528-45.2020.8.19.0000), o qual foi desprovido. Aguarda-se o despacho saneador.

Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2021, em 10 de fevereiro de 2021, foi distribuída ação judicial (autos n.º 0029312-81.2021.8.19.0001). A tutela antecipada não foi concedida em 1ª instância. Em face dessa decisão, a ViaRio interpôs agravo de instrumento em 5 de abril de 2021 (agravo n.º 0021462-76.2021.8.19.0000). Em 26 de outubro de 2022, foi negado provimento ao recurso. Em 18 de novembro de 2022, a ViaRio opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 29 de agosto de 2023. Em 05 de setembro de 2023 a companhia opôs novos embargos de declaração contra o acórdão, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2022, em 15 de março de 2022, foi distribuída ação judicial (autos n.º 0059071-56.2022.8.19.0001). A tutela antecipada não foi concedida em 1ª instância. Em face dessa decisão, a ViaRio interpôs agravo de instrumento em 13 de abril de 2022 (agravo n.º 0025997-14.2022.8.19.0000).

Diante do cenário, a ViaRio não aplicou o reajuste tarifário correspondente aos anos 2021 e 2022, e permanece aplicando, com base em tutela antecipada, a tarifa reajustada em 2020, sem atualização posterior.

Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2023, em 15 de março de 2023, foi distribuída ação judicial (autos n.º 0032457-77.2023.8.19.0001). Em 30 de maio de 2023 foi proferida decisão redesignando a audiência para 29 de junho de 2023.

Em 20 de junho de 2023, o Município do Rio de Janeiro apresentou contestação.

Em 29 de junho de 2023, na audiência, restou determinada a suspensão das ações de reajuste referentes aos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 até o dia 18 de julho de 2023.

Em 18 de julho de 2023, o Município do Rio de Janeiro informou que as partes não chegaram a um acordo. Em 31 de julho de 2023 a ViaRio requereu o prosseguimento do processo, com a apreciação do pedido de tutela antecipada para aplicação imediata do reajuste.

Em 16 de agosto de 2023 foi proferida decisão rejeitando o pedido de tutela antecipada. Em face dessa decisão, a Companhia opôs embargos de declaração em 01 de setembro de 2023, ainda pendentes de apreciação.

A ViaRio não aplicou o reajuste tarifário correspondente aos anos 2021, 2022 e 2023, e permanece aplicando, com base em tutela antecipada, a tarifa reajustada em 2020, sem atualização posterior.

Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 30 de setembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras para o cumprimento do Anexo A à Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, Art. 1, inciso VIII que prevê a elaboração de demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos arts. 27 e 28 desta resolução.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para perda esperada
8b	Impostos diferidos
3h	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)
11	Amortização dos ativos intangíveis
13	Provisão de manutenção
17	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de performance do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Essas receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas de pedágio são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e

Notas Explicativas

o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Notas Explicativas

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Notas Explicativas

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Notas Explicativas

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Notas Explicativas

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio de Janeiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/ IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

r) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Notas Explicativas

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC23 (IAS 8);
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 17.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 17.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas n.ºs 9, 12 e 17.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

Notas Explicativas

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Debêntures (a)	151.794	155.106	161.073	163.419	122.349
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	953.225
Fornecedores e outras contas a pagar	2.917	204	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	11.623	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos ocorridos na captação de debêntures.

Em 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 44.760, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa n.º 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da acionista CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	1.853	1.514
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	71.140	32.914
Total - Caixa e equivalentes de caixa	72.993	34.428

Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	-	37.385
Total - Aplicações financeiras	-	37.385

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa n.º 12).

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,14% do CDI, equivalente a 12,70% a.a. (99,73% do CDI, equivalente a 4,38% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	9.084	7.531
Receitas acessórias (b)	18	329
	9.102	7.860
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	-	(16)
	9.102	7.844

Notas Explicativas**Idade de vencimentos dos títulos**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos a vencer	9.102	7.844
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	16
	<u>9.102</u>	<u>7.860</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (c) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber.

8. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(36.818)	5.239
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	12.518	(1.781)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(54)	(254)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	53	66
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT, operações de caráter cultural e artístico e incentivo ao desporto)	-	94
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>23</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>12.517</u>	<u>(1.852)</u>
Impostos correntes	-	(2.091)
Impostos diferidos	<u>12.517</u>	<u>239</u>
	<u>12.517</u>	<u>(1.852)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,00%</u>	<u>35,35%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Notas Explicativas

	2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 2022		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	128.128	8.937	137.065	137.065	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	522	(169)	353	353	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	5	(5)	-	-	-
Provisão de manutenção	4.387	1.467	5.854	5.854	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	69	120	189	189	-
Capitalização de juros	(46.980)	1.383	(45.597)	-	(45.597)
Custo de transação de empréstimos	(3.487)	784	(2.703)	-	(2.703)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	82.644	12.517	95.161	143.461	(48.300)
Compensação de imposto	-	-	-	(48.300)	48.300
Imposto diferido líquido ativo	82.644	12.517	95.161	95.161	-

	2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 2021		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	129.075	(947)	128.128	128.128	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	292	230	522	522	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	48	(43)	5	5	-
Provisão de manutenção	3.150	1.237	4.387	4.387	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (b)	(50.309)	50.309	-	-	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	-	69	69	69	-
Outros	149	(149)	-	-	-
Capitalização de juros	-	(46.980)	(46.980)	-	(46.980)
Custo de transação de empréstimos	-	(3.487)	(3.487)	-	(3.487)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	82.405	239	82.644	133.111	(50.467)
Compensação de imposto	-	-	-	(50.467)	50.467
Imposto diferido líquido ativo	82.405	239	82.644	82.644	-

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2022
2024	4.239
2025	6.577
2026	8.494
2027	13.315
de 2028 em diante	104.440
	<u>137.065</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital; e

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	7	7	-	-	-
Bancos conta movimento	-	8	8	-	-	-
Contas a receber	1	871	872	-	84	84
Passivo						
Fornecedor e contas a pagar	8.046	3.577	11.623	176	357	533
Mútuo	283.801	-	283.801	251.389	-	251.389
Outros débitos	-	33	33	-	-	-
Transações						
	2022			2021		
	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladora em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	8.040	-	8.040	17.480	-	17.480
Despesas financeiras - mútuo	37.879	-	37.879	-	-	-
Repasse de custo e despesas - CCR GBS	203	-	203	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	4	3.562	3.566	-	-	-
Despesa de prestação de serviços - CCR GBS	624	-	624	-	-	-
Receita de mutua cooperação	-	9	9	-	-	-
Serviços prestados - consultoria financeira	-	6	6	-	-	-
Despesa de prestação de serviços CCR GBS	-	-	-	1.893	2.158	4.051

Despesas com profissionais chave da Administração

	2022	2021
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	858	1.072
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	344	626
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(23)
Previdência privada	43	49
Seguro de vida	2	3
	<u>1.247</u>	<u>1.727</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	360	649

- a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração anual e global para a Diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.000.

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado

		2021	2022			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				Baixas	(a)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		1.090	-	(13)	11	1.088
Máquinas e equipamentos		29.666	-	(21)	2.647	32.292
Veículos		5.686	-	-	6	5.692
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Equipamentos operacionais		10.642	-	(12)	5.072	15.702
Imobilizações em andamento		6.090	1.344	-	(6.587)	847
Total do custo		53.610	1.344	(46)	1.149	56.057
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(588)	(104)	7	-	(685)
Máquinas e equipamentos	10	(14.423)	(2.948)	12	-	(17.359)
Veículos	20	(4.747)	(463)	-	-	(5.210)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Equipamentos operacionais	11	(4.983)	(1.559)	6	(171)	(6.707)
Total da depreciação		(25.177)	(5.074)	25	(171)	(30.397)
Total geral		28.433	(3.730)	(21)	978	25.660

		2020	2021			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (c)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		723	-	-	367	1.090
Máquinas e equipamentos		28.371	-	1.295	-	29.666
Veículos		5.686	-	-	-	5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Equipamentos operacionais		9.943	-	699	-	10.642
Imobilizações em andamento		5.122	2.949	(1.981)	-	6.090
Total do custo		50.281	2.949	13	367	53.610
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(479)	(109)	-	-	(588)
Máquinas e equipamentos	10	(11.500)	(2.923)	-	-	(14.423)
Veículos	20	(4.260)	(487)	-	-	(4.747)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Equipamentos operacionais	11	(3.924)	(1.059)	-	-	(4.983)
Total da depreciação		(20.599)	(4.578)	-	-	(25.177)
Total geral		29.682	(1.629)	13	367	28.433

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;

(b) Bens totalmente depreciados; e

(c) Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 469 em 2022 (R\$ 527 em 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 9,17% a.a. e 7,26% a.a., respectivamente (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos).

Notas Explicativas

11. Intangível e infraestrutura em construção

		2021	2022		
Taxa média anual de amortização %		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		909.022	-	8.796	917.818
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.038	-	182	3.220
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		45	205	(114)	136
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	2.014
Total do custo		914.119	205	8.864	923.188
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		(b) (127.246)	(27.175)	171	(154.250)
Direitos de uso de sistemas informatizados		19 (2.760)	(132)	-	(2.892)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		20 (974)	(403)	-	(1.377)
Total da amortização		(130.980)	(27.710)	171	(158.519)
Total do intangível		783.139	(27.505)	9.035	764.669
Infraestrutura em construção		8.695	1.697	(10.013)	379

		2020	2021			
Taxa média anual de amortização %		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		908.244	-	877	(99)	909.022
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.937	-	101	-	3.038
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		126	33	(114)	-	45
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	2.014
Total do custo		913.321	33	864	(99)	914.119
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		(b) (100.714)	(26.532)	-	-	(127.246)
Direitos de uso de sistemas informatizados		19 (2.331)	(429)	-	-	(2.760)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		20 (571)	(403)	-	-	(974)
Total da amortização		(103.616)	(27.364)	-	-	(130.980)
Total do intangível		809.705	(27.331)	864	(99)	783.139
Infraestrutura em construção		6.187	4.874	(877)	(1.489)	8.695

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;

(b) Amortização pela curva de benefício econômico; e

(c) Em 2021 o valor de R\$ 99 relativo ao intangível refere-se: (i) R\$ 65 a recebimento de sinistros; e (ii) R\$ 34 a caução. Do valor de R\$ 1.489 relativo a infraestrutura em construção refere-se: (i) R\$ 3 a cauções; e (ii) R\$ 1.486 a sinistros.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 755 em 2022 (R\$ 650 em 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 9,17% a.a. e 7,26% a.a. respectivamente (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos).

Notas Explicativas

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	5.574	Fevereiro de 2028	534.366	574.102 (b)
				5.574		534.366	574.102
Circulante							
Debêntures						105.049	74.900
Custos de transação						(1.876)	(2.093)
						103.173	72.807
Não Circulante							
Debêntures						434.891	506.870
Custos de transação						(3.698)	(5.574)
						431.193	501.296

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da suas controladoras em conjunto, na proporção de suas participações acionárias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2022
2024	88.373
2025	108.514
2026	129.253
2027	90.200
2028	18.551
(-) Custos de transação	(3.698)
Total	431.193

A Companhia possui contrato de debêntures, com cláusula de *cross default*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução desta cláusula. Em 31 de dezembro de 2022 não houve quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Conforme cláusula 4.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais em conta reserva, os quais permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo aplicado, conforme cláusula quarta do contrato foi solicitado a transferência do saldo para conta corrente no qual voltará a ser depositado a partir de 05 de fevereiro de 2023 (R\$ 37.385 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**13. Provisão de manutenção**

	2021	2022			
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Transferências	Saldo final
Circulante	5.250	(1.676)	716	4.930	9.220
Não circulante	7.652	5.119	155	(4.930)	7.996
	<u>12.902</u>	<u>3.443</u>	<u>871</u>	<u>-</u>	<u>17.216</u>

As taxas anuais de 2022 e 2021, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

14. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191, composto por 361.637.226 ações ordinárias, assim distribuídas:

	Participação acionária	2022		2021	
		Ações integralizadas	Capital social integralizado	Ações integralizadas	Capital social integralizado
Acionistas					
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
Total		<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>	<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>

b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2022	2021
Numerador		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(24.301)	3.387
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	<u>361.637.226</u>	<u>361.637.226</u>
(Prejuízo) Lucro por ação ordinária - básico e diluído	- 0,06720	0,00937

Notas Explicativas**15. Receitas operacionais líquidas**

	2022	2021
	<u> </u>	<u> </u>
Receitas de pedágio	171.955	155.637
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	954	4.390
Receitas acessórias	<u>322</u>	<u>727</u>
Receita bruta	<u>173.231</u>	<u>160.754</u>
Impostos sobre receitas	(14.901)	(13.566)
Abatimentos	<u>(16)</u>	<u>(4)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(14.917)</u>	<u>(13.570)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>158.314</u></u>	<u><u>147.184</u></u>

16. Resultado financeiro

	2022	2021
	<u> </u>	<u> </u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(81.297)	(43.722)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(37.879)	(19.936)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(871)	(689)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.224	1.177
Comissão de fianças	(8.040)	-
Outras despesas financeiras	<u>(2.188)</u>	<u>(489)</u>
	<u><u>(129.051)</u></u>	<u><u>(63.659)</u></u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.287	2.050
Juros e outras receitas financeiras	<u>652</u>	<u>19</u>
	<u><u>6.939</u></u>	<u><u>2.069</u></u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(122.112)</u></u>	<u><u>(61.590)</u></u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR S.A. possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9 e 12.

		2022	2021
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	1.853	1.514
Aplicações financeiras	Nível 2	71.140	32.914
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	37.385
		<u>72.993</u>	<u>71.813</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		9.102	7.844
Contas a receber - partes relacionadas		872	84
		<u>9.974</u>	<u>7.928</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures (a)		(534.366)	(574.103)
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.121)	(3.305)
Mútuos - partes relacionadas		(283.801)	(251.389)
Contas a pagar - partes relacionadas		(11.623)	(533)
		<u>(832.911)</u>	<u>(829.330)</u>
		<u>(749.944)</u>	<u>(749.589)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	539.940	572.047	581.770	626.170

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre os contratos de debêntures, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	539.940	(89.930)	(108.538)	(127.138)
Efeito sobre debêntures		(89.930)	(108.538)	(127.138)
CDI ⁽²⁾	304.584	(33.438)	(40.896)	(48.386)
Efeito sobre os mútuos		(33.438)	(40.896)	(48.386)
CDI ⁽²⁾	71.140	6.842	8.522	10.191
Efeito sobre as aplicações financeiras		6.842	8.522	10.191
Total do efeito de ganho / (perda)		(116.526)	(140.912)	(165.333)
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ :				
CDI ⁽²⁾		13,6500%	17,0600%	20,4700%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3, onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses.
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

18. Demonstrações do fluxo de caixa

- a. As transações que não afetam o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Notas Explicativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e contribuições a recolher	5.467	1.882
Fornecedores	-	37
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>5.467</u>	<u>1.919</u>
Adições do ativo intangível	-	(37)
Mútuos - partes relacionadas	(5.467)	(1.882)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(5.467)</u>	<u>(1.919)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	(574.103)	(251.389)	(574.103)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	121.034	-	121.034
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	121.034	-	121.034
Outras variações			
Juros sobre debêntures	(81.297)	(37.879)	(119.176)
Outras variações que não afetam o caixa	-	5.467	5.467
Total das outras variações	(81.297)	(32.412)	(119.176)
Saldo final	<u>(534.366)</u>	<u>(283.801)</u>	<u>(572.245)</u>

19. Eventos subsequentes

- Debêntures**

Em 3 de fevereiro de 2023, foi realizada a captação de R\$ 600.000, através da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, sendo as debêntures da primeira série da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, e as debêntures da segunda série da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.

O prazo de vencimento das debêntures da 1ª série será de 8 anos, contados da data de emissão; (ii) o prazo de vencimento das debêntures da 2ª série será de 11 anos, contados da data de emissão.

O valor das debêntures da 1ª Série foi de R\$ 400.000, sobre o qual incidirá juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,90% a.a., enquanto que o valor das debêntures da 2ª Série foi de R\$ 200.000, sobre o qual incidirá juros remuneratórios correspondentes a CDI + 3,75% a.a.. A remuneração das duas séries ocorrerá semestralmente.

A oferta se destinou à recompra da integralidade das debêntures da 7ª emissão, ocorrida no dia 6 de fevereiro de 2023.

Em 6 de fevereiro de 2023, foi realizada a liquidação da 7ª emissão de debêntures.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Marcus Vinicius Figur da Rosa
Roberto Penna Chaves Neto

Presidente do Conselho
Membro Efetivo
Membro Efetivo

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva
Marco Aurélio Guerreiro de Souza

Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro

Composição do Conselho Fiscal

Erika Natsumi Matsumoto
Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Luciano Moreira Santos

Membro Efetivo
Membro Efetivo
Membro Efetivo

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RJ

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3(h) e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros.

A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, da unidade geradora de caixa (UGC) ao qual esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável da UGC;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(m) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma

consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma

perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de setembro de 2023.

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de setembro de 2023.

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MARCO AURÉLIO GUERREIRO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO